



## GOVERNO DE MG QUER IMPOR AUSTERIDADE AOS TRABALHADORES PARA FAVORECER BANQUEIROS



O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, deu o prazo de seis meses para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG) aprovar projeto de lei que autorize a adesão do governo mineiro ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Caso isso não ocorra, poderá haver a suspensão da liminar que impede a União de cobrar, de uma só vez, a dívida com o estado.

O novo modelo de RRF foi sancionado pelo governador Romeu Zema (NOVO) em janeiro de 2021. O objetivo desta ação é suspender o pagamento da dívida com a União em razão de contratos de empréstimo que o estado de Minas Gerais firmou com instituições financeiras, tendo o governo federal como garantidor.

O RRF, instituído em 2017, com o falso objetivo de “corrigir os desvios que afetam o equilíbrio das contas públicas”, na verdade, serve para eternizar o Sistema da Dívida pois, além de permitir um esquema que desvia os recursos públicos para a rede bancária e antes de alcançar os cofres públicos, também permite contratar novos empréstimos, ou seja, permite aumentar a dívida do Estado.

Para conseguir ingressar no RRF, o governo de Minas, em contrapartida, deverá criar medidas legislativas de austeridade. Ou seja, fazer sua

'reforma administrativa' para enxugar gastos com os serviços públicos e reduzir investimentos sociais. Os servidores públicos e a maioria da população atendida por eles pagarão a conta enquanto os juros da dívida continuarão a crescer em favor dos bancos.

Na prática, em MG, o RRF significará que o Estado entrará numa política de austeridade fiscal (arrocho) por um período de seis anos impondo medidas contra os servidores como: o aumento da alíquota previdenciária; o congelamento de salários e carreiras por seis anos, o fim das nomeações e dos concursos públicos por seis anos. O regime também exigirá o compromisso de privatizar o patrimônio público do Estado como Cemig, Copasa e Codemig, por exemplo.

Assim como ocorreu em São Paulo, com as reformas aprovadas no governo de João Dória (PSDB), Zema, com a adoção desse RRF, irá antecipar em Minas, os efeitos da PEC 32, a reforma administrativa que Bolsonaro tenta aprovar no Congresso Nacional. Trata-se da implementação acelerada de políticas neoliberais que visam destruir o Estado e ampliar as margens de lucro das grandes corporações capitalistas. À classe trabalhadora, só resta a luta contra essa avalanche de aques.

## OPRESSÃO, POBREZA E ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES



As mudanças no contexto de trabalho da maioria dos servidores públicos durante a pandemia da Covid-19 aprofundaram um cenário que já estava bastante comprometido pelas atuais políticas de sucateamento dos serviços públicos. A alteração do cotidiano e dos hábitos, as novas exigências de segurança sanitária e o temor da contaminação, por si só, são fatores de estresse. No entanto, a sobrecarga de trabalho, o risco de desemprego e a negligência dos poderes públicos em relação à proteção da população potencializaram o problema, que tem sido causa de maior adoecimento em muitas categorias.

As perdas de direitos, que tanto servidores públicos, como trabalhadores das estatais e da iniciativa privada vêm sofrendo, a ameaça de desemprego e o empobrecimento, provocam o adoecimento físico e mental da classe trabalhadora. A política de sucateamento para privatização do SUS e o retrocesso das políticas de Saúde Mental jogarão

a população no abandono. É preciso organizar a luta em defesa do SUS, dos serviços públicos que garantem o atendimento às necessidades básicas da população.

## PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS É COLOCADA EM PAUTA NO SENADO NA “CALADA DA NOITE”



No último dia 25/10, na calada da noite, o senador bolsonarista Marcio Bittar (PSL-AC) apresentou a relatoria do PL 591/2021, que trata da privatização total dos Correios, para ser aprovada às pressas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta terça-feira, dia 26/10. Com o golpe encaminhado, o Projeto poderá ser colocado para votação no plenário do Senado.

O Ministério das Comunicações tem gastado milhões para fomentar as propagandas a favor da privatização, usando o dinheiro público para entregar o patrimônio e a soberania do povo brasileiro.

Os trabalhadores dos Correios e de outras categorias, em todo o País, devem se levantar contra o desmonte do Estado brasileiro, arquitetado por este governo serviçal dos interesses capitalistas internacionais. Privatizar os Correios é entregar a maior empresa de logística da América Latina nas mãos da iniciativa privada e acabar o direito

constitucional do povo de integração nacional.

***Não à venda dos Correios!  
Fora Bolsonaro e Todo seu Governo!***

## DISSÍDIO COLETIVO DOS CORREIOS E POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO



No dia 18/10, o julgamento do Dissídio Coletivo dos trabalhadores dos Correios foi suspenso, depois de um pedido de vista regimental do Ministro Ives Gandra Martins Filho, um bolsonarista declarado, que não esconde seu alinhamento com a política patronal, nem sua ligação com a família Bolsonaro.

O pedido de vista regimental é uma manobra para dar tempo à empresa e ao Governo Federal para organizarem o processo de privatização dos Correios, além de mais ataques aos direitos dos trabalhadores. O governo vai jogar todas as suas “fichas” para tentar aprovar a privatização dos Correios, à toque de caixa no Senado Federal, até o fim de novembro, antes do julgamento do Dissídio Coletivo, que ficou para 22/11.

A única saída para os trabalhadores dos Correios é organizar uma ampla e combativa mobilização. Aproveitar o mês de novembro, em que os correios de todo o mundo recebem o maior número de postagens no ano devido à Black Friday, e organizar a luta!

***Não à venda dos Correios!***